



Número de acidentes no trânsito dispara 47% em MT em um ano

O trânsito em Mato Grosso se tornou mais violento nos últimos anos. É o que aponta o Anuário Estatístico de Trânsito de 2022, que destaca um aumento de 47% no número de acidentes entre 2020 e 2021. Vitimando mais pessoas na faixa dos 35 aos 64 anos, o número de acidente vem acompanhado de um crescente número de infrações no trânsito durante o mesmo período, cerca de 14%

maior. O excesso de velocidade foi a infração mais cometida entre os motoristas. Em 2021, o número de acidentes saltou para 9.689, dos quais 574 tiveram vítimas fatais. Apesar da queda de 8,7% no número de acidentes fatais, o número de feridos no trânsito disparou mais de 53%

PÁG. 6

"Cuiabá carrega a saúde do estado"

A candidata ao governo Márcia Pinheiro (PV) criticou o modelo de gestão adotado pelo Estado na área da Saúde. Em entrevista realizada na segunda-feira, 12 de setembro, a postulante afirmou que os hospitais no interior não funcionam e, por isso, sobrecarregam o sistema da capital. Para solucionar o problema, Márcia defendeu a reestruturação da rede de saúde, de forma a diminuir a fila de pacientes que aguardam por atendimento

PÁG. 4

Marrafon vai ao STF por vaga na Câmara

O ex-secretário estadual de Educação Marco Marrafon (Cidadania) ingressou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), declare a imediata perda de mandato do deputado federal Neri Geller (PP) e, consequentemente, sua posse no cargo. No pedido ao STF, Marrafon destaca que a Mesa Diretora e o presidente da Câmara dos Deputados vêm, "deliberadamente", se omitindo de cumprir a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

PÁG. 5

Processo para trocar Neri Geller avança

A corregedoria da Câmara Federal já recebeu a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou o mandato de Neri Geller (PP) e o declarou inelegível por oito anos, contados a partir das eleições de 2018, quando se elegeu a deputado. O rito de tramitação do processo prevê prazo máximo de 15 dias úteis para os procedimentos de apuração referente às representações de processos relacionados à perda de mandato. Após a conclusão dessa fase, o parecer do corregedor será encaminhado para a Mesa Diretora da Casa, que dará a palavra final

PÁG. 3

Obras do BRT irão começar por VG

PÁG. 5

Jangada recebe maior empresa de gestão de resíduos da América



Divulgação

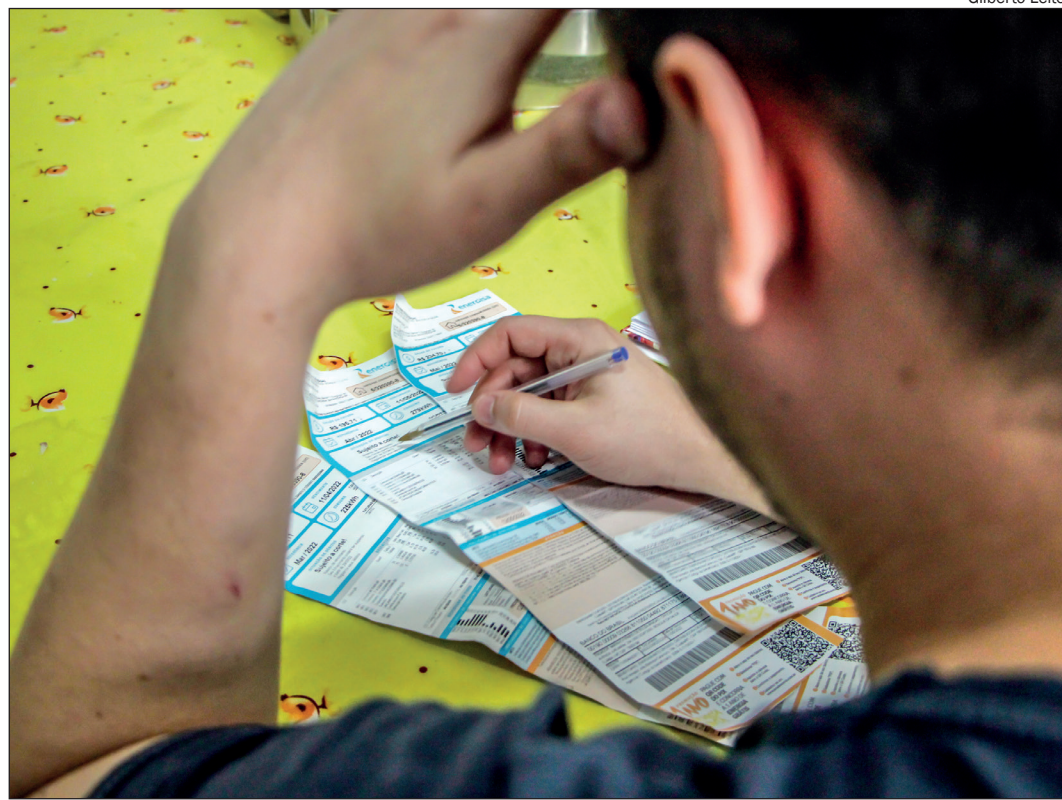
A Central de Tratamento de Resíduos Sólidos e Industriais e Comerciais Chapecó Ltda (Cetric) estava buscando um município em Mato Grosso para instalar sua nova "filial", sendo disputada por dezenas de municípios mato-grossenses. Após cinco meses de muito diálogo e negociações, ficou definido que Jangada seria o destino. A CETRIC é a maior empresa da América Latina em seu ramo. Ela recebe, trata e dispõe os resíduos industriais nas melhores condições de controle ambiental, com um método rigoroso de controle e proteção, eficaz em todas as áreas

PÁG. 6

1 em cada 3 cidadãos de Mato Grosso tem contas atrasadas

Mato Grosso possui quase 1,1 milhão de inadimplentes, cerca de 30% da população do estado, estimada em 3,5 milhões de pessoas em 2021. Levantamento aponta que houve um aumento de 0,82% entre julho e agosto, alta bem menor que as médias da região Centro-Oeste (6,11%) e do Brasil (10,13%). A maioria dessas dívidas (42,83%) tinha os bancos como credores, resultado da ampliação da oferta de crédito após o início da pandemia de covid-19. O levantamento ainda aponta que o valor médio das dívidas em agosto foi de mais de R\$ 4 mil, dado que assusta se levar em consideração que a renda média do mato-grossense é de R\$ 2,2 mil

PÁG. 7



EDITORIAL

Embalado para presente

Longe de gerar resultados concretos, a forte reação do Ocidente contra a Rússia pela invasão à Ucrânia está fortalecendo a articulação que há muito existia para criação de um bloco econômico-militar asiático. Em português claro, o Ocidente está jogando a Rússia no colo da China, o que pode resultar em perdas muito maiores do que a crise inflacionária para todos os países ocidentais.

Não há equívoco maior do que comemorar o suposto isolamento da Rússia, que

teria sido causado pelas sanções decretadas pelos países aliados à Otan. Na prática, a Rússia se encontra cada vez mais próxima de seus aliados regionais, em especial a China, que almeja superar os Estados Unidos no posto de maior potência mundial dentro das próximas décadas.

Recado claro foi dado pelo ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov: a Rússia vai avaliar a necessidade de restabelecer os laços com países ocidentais, mas seu foco é fortalecer

o relacionamento com a China. Outras alianças regionais também estão no 'cardápio', como a Índia. Só aí, temos cerca de um terço da população mundial. Não há como ser mais claro que isso.

Por hora, as sucessivas ondas de sanções econômicas contra a Rússia mostraram pouca efetividade em levar a guerra para um fim rápido. Pelo contrário, a intervenção do Ocidente na Ucrânia tem prolongado o conflito, fazendo o que seria um ataque relâmpago se estendesse para uma guerra que já dura mais de quatro meses e ainda não tem previsão de um fim próximo.

A Rússia até sofre com as sanções econômicas, mas o Ocidente sofre ainda mais. As restrições para compra de produtos russos, em especial petróleo e gás, causaram um choque inflacionário em todo o mundo, levando os preços dos combustíveis à estratosfera. Além disso, há o risco de uma crise global na oferta de alimentos, que deve jogar milhões de pessoas abaixo na linha da miséria, disseminando a insegurança alimentar ao redor do globo.

Diante da evidente ruptura mundial entre ocidentais e orientais, é sábio o posicionamento brasileiro de se

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

ANS - n.º 34208-4

manter neutro. Afinal, temos importantes parceiros comerciais nos dois lados do mundo e comprar um lado nessa história poderia comprometer (ainda mais) nossa economia. A neutralidade sempre foi a maior virtude de nossa diplomacia e assim deve permanecer.

Mato Grosso competitivo

Vivaldo Lopes (*)

Nesta última terça-feira (13) o Centro de Liderança Pública (CLP), organização sem fins lucrativos, publicou estudo denominado "Ranking de Competitividade dos Estados 2022". O estudo econômico, elaborado em parceria com a consultoria econômica Tendências, utiliza dados de domínio público e sua metodologia é espelhada na utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, para avaliar as melhores práticas de governança pública e ambiente de negócios dos países que compõem aquela instituição. A elaboração e divulgação do estudo objetiva promover a competitividade entre os estados brasileiros, melhorar o ambiente de negócios e a qualidade de vida das respectivas populações. O Ranking de Competitividade dos Estados considera dez pilares temáticos: infraestrutura, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social, segurança pública, educação, capital humano, solidez fiscal, eficiência pública, potencial de mercado e inovação.

No Ranking, Mato Grosso aparece na 5ª posição entre as 27 unidades federativas.

Atrás apenas de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Distrito Federal. Análise mais detalhada da metodologia e dos indicadores mostra que os fatores mais fortes do estado foram a solidez fiscal e infraestrutura. Os indicadores nos quais Mato Grosso obteve menor pontuação foram sustentabilidade ambiental, capital humano, educação e segurança pública.

Os dados disponíveis no estudo podem ser utilizados pelos gestores públicos como instrumento sólido e com alta credibilidade no mundo empresarial para atrair investimentos produtivos para o estado. Pode, também, ser uma poderosa ferramenta para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. O estudo não consegue, pela sua metodologia, captar com clareza os espectros das desigualdades sociais e regionais bastante marcantes na realidade de nosso estado.

Do lado empresarial, entendo que o estudo, que levanta, mensura e compara 86 variáveis de diversas tipificações, deve ser considerado nas decisões de alocação e otimização de investimentos. O trabalho exercita análises comparativas entre os estados e regiões e detalha o potencial de

desenvolvimento econômico sustentável de cada um. Ademais, empreendedores privados e administradores públicos podem acessar o estudo completo gratuitamente.

A excelente posição alcançada por Mato Grosso confirma a trajetória de alta performance da economia do estado nas últimas décadas, impulsionada pelo setor agropecuário e, mais recentemente, pela agroindustrialização. Ao mesmo tempo, expõe as áreas que ainda apresentam desafios e necessidade de melhorias contínuas. Os setores nos quais os desafios são mais expressivos são educação, qualificação do capital humano e melhorias continuadas na segurança. Simultaneamente, o estudo econômico, que é muito considerado por bancos, empreendedores, analistas econômicos, grandes grupos empresariais, coloca Mato Grosso em posição privilegiada no radar de investimentos nacionais e internacionais ao apontar os setores da atividade econômica com grande potencial para crescimento. Áreas como indústria de celulose, fertilizantes, têxtil, maquinários agrícolas, movelaria merecem atenção especial por apresentarem vantagens competitivas em relação a outros estados e regiões. Algumas

regiões mais desenvolvidas do sul e sudeste apresentam sinais de saturação econômica e outros estados ainda convivem com deficiências consideráveis para fornecimentos de matérias primas e logística de transportes mais deficientes que a nossa. Os novos marcos regulatórios nacionais do saneamento e ferrovias criaram excelentes oportunidades de investimentos em Mato Grosso.

Em suma, o Ranking apresenta um Mato Grosso bem competitivo, abre uma grande janela de oportunidades de negócios que auxiliarão na longa jornada da transição para uma economia mais industrializada, desenvolvida, ao mesmo tempo que nos alerta sobre a necessidade de compatibilizar crescimento com extinção dos bolsões de pobreza e redução das desigualdades regionais ainda tão presentes em nosso dia a dia.

VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA - Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP. E-mail: vivaldo@uol.com



Enfim, a laqueadura

Rosana Leite (*)

Os direitos a serem alcançados para as mulheres sempre são repletos de discussões. Como diz respeito ao corpo delas e às respectivas vontades, a dificuldade é dobrada ou triplicada.

No dia 02, do corrente mês e ano, aconteceu a sanção da mudança da Lei do Planejamento Familiar, modificando, assim, as regras para a esterilização voluntária.

A norma foi mais uma, dentre tantas, conquistada do movimento de mulheres. É o corpo da mulher a carregar os rebentos e a enfrentar as consequências da gravidez. Mais uma vez, e não é demais externar: gerar filhos ou filhas é uma imensa dívida para as mulheres que podem e desejam a gestação. Sim, muitas não podem por problemas de saúde, de forma que uma gravidez redundaria em risco de morte.

Outras, e é muito salutar, não desejam por não se sentirem aptas a gerar e exercer a maternidade por qualquer motivo.

Relatos de mulheres são imensos. Muitas não podem fazer uso de determinado método anticoncepcional, outras ficaram expostas a gestações de risco, e por aí afora. Sem contar que alguns métodos contraceptivos que trazem

menos problemas à saúde delas são extremamente caros, não sendo, portanto, acessíveis a todas as mulheres indistintamente.

É sabido que as pílulas contraceptivas trazem inúmeras contraindicações pela ingestão enorme de hormônios no organismo feminino, sendo as mais frequentes: dor abdominal, náuseas, alteração do fluxo menstrual, aumento de peso, surgimento de acnes, alteração do humor, diminuição da libido, dor de cabeça, inchaço e sensibilidade nos seios e aumento do risco de trombose.

O Brasil viveu na década de 90, mais precisamente no ano de 1998, o episódio das "pílulas de farinha". Anticoncepcionais Microvlar, sem princípio ativo, foram espalhados nas farmácias para consumo de janeiro a abril do citado ano.

Como se constituíam em placebo, já que o laboratório fabricante estava testando uma nova máquina, por um equívoco, foram ingeridos por mulheres que não possuíam intenção de engravidar no momento, mas, que acabaram grávidas. Retirados de circulação, por obviedade, e indenizações concedidas, muito poderia ter se evitado com as laqueaduras facilitadas.

A Lei nº 14.443/2022 foi sancionada e entrará em vigor tão logo seja escoada a vacatio

legis, ou seja, transcorrido o prazo de 180 dias da respectiva publicação. A norma em voga adveio para suprir necessidade premente quanto o direito ao corpo, tanto das mulheres, quanto dos homens. Claro, a lei atenderá a mulheres e homens.

Todavia, se faz inegável que a laqueadura facilitada legalmente acaba por se constituir em respeito maior às mulheres, já que são elas a engravidarem.

As mulheres poderão, assim, decidir pela laqueadura aos 21 anos, ou com dois filhos ou filhas vivas, sem o consentimento do companheiro ou cônjuge. A esterilização voluntária também se constituiu em imensa importância, máxime, a não obrigatoriedade de fazer uso de métodos contraceptivos a prejudicar sobremaneira o organismo feminino.

A novel lei manteve o prazo mínimo de 60 dias para a manifestação de vontade e a realização do ato cirúrgico, momento em que a pretendente poderá contar com acesso à equipe multidisciplinar que terá a primordial função de dialogar sobre a desistência ou insistência na realização do procedimento.

Fica permitido, ainda bem, com a nova lei, a possibilidade de esterilização cirúrgica durante o período do parto, o que era de-

feso na lei anterior. O fato de a mulher poder 'aproveitar' o momento cirúrgico é garantir que ela possa se recuperar de uma vez de dois procedimentos, evitando, inclusive, possível falta ao trabalho no futuro, para a realização de nova cirurgia, com todos os cuidados e riscos inerentes.

Em período eleitoral, onde a pauta das mulheres está na 'moda', é preciso saber e conhecer que essa questão não pode e nem deve ser sazonal. É uma constante.

As mulheres estão em todos os lugares, independentemente de discussões eleitorais e eleitoreiras. Precisam ser ouvidas. Não há como pensar em leis sem as ouvir. E se elas não se encontram em maioria no legislativo, o convite para discutir os respectivos direitos e como desejam a aplicação é pujante, principalmente em um Estado Democrático de Direito.

Não há dúvida: para elas, por elas, e, com elas...

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



A seleção do líder

Francisney Liberato (*)

O líder ideal é aquele que está habilitado para gerar resultados profícuos na entidade.

É comum que o líder não seja um ser humano eterno, passado algum tempo no cargo, é natural que haja a sua substituição por outro líder. Como encontrar a pessoa certa para o cargo certo?

Para ser líder o indivíduo deve reunir diversas qualidades e capacidades de modo que consiga gerar bons resultados para a organização. Ele deve estar presente física e

mentalmente, deve ter uma visão estratégica e apreciar o planejamento, e não apenas isso: deve ser um executivo. Saber falar, saber ouvir, saber decidir, dentre outros pontos positivos.

Nós sabemos que para selecionar e encontrar o líder ideal é necessário formular um plano de sucessão. Algumas entidades públicas e privadas realizam provas para selecionar a pessoa ideal. Pode até ser uma alternativa viável, contudo, esse exame deve exigir dos seus futuros líderes não apenas questões técnicas como também conteúdo da área

comportamental, motivacional, inteligência emocional, gestão de tempo, planejamento, relacionamento, comunicação, enfim, e que não se resume exclusivamente a questões teóricas, que possa haver provas práticas e estágios obrigatórios para os candidatos.

O site "Istoedinheiro", do dia 14/01, apresenta a seguinte matéria jornalística: "O governo brasileiro quer incentivar a realização de processos seletivos na administração pública, sobretudo para os chamados cargos de liderança, postos estratégicos de comando na máquina pública que têm como característica serem de livre nomeação. O objetivo é aproveitar melhor a mão de obra disponível entre os servidores e criar um mercado de trabalho dentro do governo, a exemplo do que já existe nos Estados Unidos e em outros países".

Outras empresas optam pela escolha com base na análise empírica, isto é, a observância do líder superior para com os seus liderados, avaliando o perfil de cada um. Pode ser que acerte na escolha ou não, pois a análise é com base na visão de um ou de poucos líderes.

Podem também ocorrer indicações vindas de fora da empresa, devido ao network que existe entre os líderes da entidade. Nesse caso, são avaliados o currículo e a experiência teórica e prática do indicado de fora da entidade.

Jamais vou defender a indicação política, ou seja, aquela pessoa que é indicada por ter algum padrinho forte ou simpatia de alguém, sem a devida observância da qualidade e qualificação do escolhido. Lembre-se: o líder deve gerar resultados; será que uma indicação como essa gerará resultados positivos?

Se for possível e tiver estrutura necessária, um bom indicativo é a implantação, de forma permanente, da Escola de Liderança que, em

outras palavras, é uma política de sucessão da empresa, na busca de treinar e encontrar pessoas preparadas para ocuparem cargos de liderança. Como acreditamos que é factível treinar um indivíduo para o papel de líder, assim, essa escola é viável a ponto de não deixar a empresa desguarnecida diante da sucessão normal ou de uma sucessão abrupta, ou seja, por fatos alheios à vontade do empregador, como corrupção, morte do líder etc.

Selecione o líder com base no perfil desejado para o cargo. Implante a Escola de Liderança, se for necessário, aplique provas teóricas e práticas para buscar os melhores candidatos. O resultado de uma organização está diretamente relacionado à escolha ou conhecimento do perfil do líder.

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade - ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos - Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado", "Liderança" e "Ansiedade". www.francisney.com.br



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

PERDA DE MANDATO

Processo para declarar perda de mandato de Geller e dar vaga a Marrafon segue trâmite lento e ainda dependerá de aval da Mesa Diretora

Troca de cadeiras avança na Câmara

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A corregedoria da Câmara Federal já recebeu a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou o mandato de Neri Geller (PP) e o declarou inelegível por oito anos, contados a partir das eleições de 2018, quando se elegeu a deputado. A tramitação vai seguir o rito que está previsto no Ato da Mesa nº 37/09, que estabelece prazo máximo de 15 dias úteis para os procedimentos de apuração referente às representações de processos relacionados à perda de mandato.

Após a conclusão dessa fase, o parecer do corregedor será encaminhado para a Mesa Diretora da Casa, órgão competente para declarar a perda de mandato. Só após a decisão da Mesa Diretora é que será convocado o parlamentar suplente, nesse caso, o ex-secretário Marco Marrafon (Cidadania).

Em nota encaminhada ao Estadão Mato Grosso, a Câmara Federal não cita quando o processo começou a tramitar na corregedoria e nem o prazo para apresentação do parecer.

Diante da demora para ser convocado, Marrafon ingressou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), para que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), declare a imediata perda de mandato do deputado federal Neri Geller (PP) e, consequentemente, sua posse.

Na recontagem dos votos de 2018, o prefeito de Tangará da Serra, Vander Masson (PSDB), foi quem ficou com a cadeira. No entanto, ele teria que abdicar de seu mandato como prefeito para assumir a vaga. Por isso, Masson decidiu renunciar e Marrafon, que pertencia à mesma coligação, ficou com a vaga.

No pedido ao STF, Marrafon destaca que a Mesa Diretora e o presidente da Câmara dos Deputados vêm, "deliberadamente", se omitindo de declarar a perda de mandato de Neri e, consequentemente, realizar sua posse como deputado federal.

CASSAÇÃO - No último dia 23, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou o mandato de Neri e declarou sua inelegibilidade por 8 anos. O progressista é acusado de extrapolar o limite de gastos da campanha de 2018, ao realizar



Processo para declarar perda de mandato de Neri Geller não tem prazo para ser concluído

doações em favor de 11 candidaturas para deputado estadual, que teriam totalizado R\$

1,327 milhão. Esse valor se soma aos R\$ 2,4 milhões gastos por Geller em sua própria cam-

panha, ultrapassando o limite estabelecido para aquele ano, de R\$ 2,5 milhões.

EX-ALIADOS

Mauro dispara contra Fávaro: 'inventando chavão'

Da redação

O candidato à reeleição ao governo, Mauro Mendes (União), disparou críticas ao seu ex-aliado senador Carlos Fávaro (PSD). Ao ser questionado sobre a frase usada pela oposição de que "Mato Grosso é estado rico, com o povo pobre", Mendes comentou que um dos que utiliza a expressão, que classificou como chavão, é o senador que, segundo ele, foi um vice-governador de uma gestão "pífia".

Mauro afirmou que a gestão anterior, de Pedro Taques, quebrou o Estado e queria ver Mato Grosso empobrecido.

"Queriam o que? Eles queriam Mato Grosso pobre. Um que fala isso é o senador Carlos Fávaro, senador da República, que re-

presentou um governo pífio. Foi vice-governador de um governo pífio, que quebrou o estado", disse durante entrevista ao programa Estúdio Ao Vivo da TV Cidade Verde.

O candidato destacou que, antes de se juntar à oposição, Fávaro participou da atual gestão como titular do Escritório de Representação de Mato Grosso em Brasília e nunca tinha feito críticas ao governo, apenas elogios.

"Antes dele mudar para o outro lado, virar a casaca, você vai encontrar por aí dezenas de elogios fazendo ao governo, a recuperação que nós fizemos no estado de Mato Grosso. [...] Infelizmente, é assim. Deixa pra lá, entrega pra Deus e vamos embora pra frente. A população vai saber

julgar esses comportamentos e as pessoas que agem dessa forma", ressaltou.

Mauro disse que o discurso adotado pela oposição é conversa fiada e para que o grupo apresente e discuta projetos para o desenvolvimento do estado.

"Eles queriam o quê? Qual você prefere? A crítica de que o Estado está quebrado ou um Estado que está rico, que está investindo em Educação, está construindo seis hospitais, que está fazendo 2.500 quilômetros de asfalto, que está entregando 1,3 milhão de cestas básicas? Isso é conversa fiada de quem não tem o que apresentar", ressaltou.

"Apresente proposta, pelo amor de Deus, fale do que vocês vão fazer. Agora ficam inventando esse chavão-

zinho aí. Só faz política social se você tem dinheiro, se você está com dinheiro no bol-

so, dinheiro no caixa, se não vira aquela piada que era em alguns governos, que ficava

prometendo, mentindo para população, mentindo para os prefeitos", complementou.

Gilberto Leite



Mauro lembra que Fávaro nunca fez críticas ao governo quando ainda era seu aliado

"ARRANCANDO O COURO"

EP critica uso do Fethab e vê 'indústria do pedágio'

Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) criticou a forma como o atual governo utiliza o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab). De acordo com o emedebista, o recurso arrecadado pelo setor produtivo não está sendo aplicado na construção de casas populares e os trechos das rodovias estaduais que passaram por melhorias estão sendo privatizados.

Durante uma live transmitida em sua rede social na terça-feira, 13 de setembro, Emanuel diz que o estado tem "arrancado o couro" do produtor e considerou o fundo como uma das "cargas tributárias mais caras do país".

"O governo do Estado não fez uma casa

nesses quatro anos, arranca o couro do produtor, cobrando a carga tributária mais cara do país, e não fez uma casa popular. E o que é pior: na hora de fazer a manutenção das rodovias, privatiza, criando os pedágios. O que é pior ainda, o que a candidata ao governo Márcia Pinheiro denunciou, que o governo investe na rodovia pavimentada, tampa buraco, recapeia e entrega para iniciativa privada cobrar o pedágio e explorar por 30 anos. Tem lógica isso?", questionou.

Emanuel ainda acusou a atual gestão de tentar criar uma "indústria do pedágio" em Mato Grosso, comentando que existe a possibilidade de criar uma praça de pedágio na ro-

dovia MT-251, que liga Cuiabá a Chapada dos Guimarães.

"Já estão ameaçando pedágios em todas as rodovias estaduais em Mato Grosso. [...] Vai fazer de Cuiabá a Leverger, Leverger a Barão de Melgaço e em todas as rodovias estaduais de Mato Grosso. Ele já começou o festival, a indústria do pedágio, cobrando caro, arrebatando com a vida dos moradores, dos produtores, dos caminhoneiros, da população em geral", disparou.

O prefeito ainda comentou que irá detalhar, nos próximos dias, uma denúncia contra uma concorrência pública realizada em 2020 pela Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), para privatização de três rodovias estaduais.

ADVERSÁRIOS POLÍTICOS

Mauro evita rebater crítica de Emanuel sobre o Fethab

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) evitou polemizar as declarações feitas pelo seu adversário político, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), que criticou a forma como o atual governo utiliza o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), além de acusar a atual gestão de tentar criar uma "indústria do pedágio" em Mato Grosso.

"Emanuel Pinheiro é uma pessoa que não tem muita credibilidade. O que ele fala não dá pra levar a sério", se limitou a dizer, em entrevista à imprensa na noite de terça-feira, 13 de setembro.

Durante uma live transmitida em sua rede social na terça-feira, 13

de setembro, Emanuel diz que o estado tem "arrancado o couro" do produtor e considerou o fundo como uma das "cargas tributárias mais caras do país".

Emanuel ainda declarou que irá detalhar, nos próximos dias, uma denúncia contra uma concorrência pública realizada em 2020 pela Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), para privatização de três rodovias estaduais. De acordo com Emanuel, o caso é semelhante à denúncia que ele fez sobre o processo de licitação para contratação do consórcio responsável pelas obras do BRT (Ônibus de Transporte Rápido).

INVESTIMENTOS - Durante entrevista ao jornal MT1, da TV Centro América, o governa-

dor comentou que o governo arrecadou cerca de R\$ 2,7 bilhões com o Fethab no ano passado, sendo que R\$ 500 milhões foi encaminhado para as prefeituras para melhorias das estradas vicinais e o restante foi investido em obras de infraestrutura.

Mauro ainda ressaltou que, em 2021, o governo investiu mais de 100% do que foi arrecadado com o Fethab nas estradas e rodovias do estado.

"O produtor estava 'P' da vida porque ele pagava e o dinheiro desaparecia e a infraestrutura não melhorava. Hoje ele paga e todos os produtores estão vendo e reconhecendo que o governo está investindo em infraestrutura", destacou.

CASO PACCOLA

À Comissão de Ética, Nona afirma que julgamento de Paccola deve ser conduzido pelo Judiciário, por se tratar de crime contra a vida

Defensor alega incompetência

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligue, Peça, Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O defensor dativo do vereador Tenente Coronel Paccola (Republicanos) no processo de cassação por quebra de decoro parlamentar, Eronides Dias da Luz, o Nona, entendeu que não compete à Câmara de Cuiabá julgar o parlamentar sobre a morte do agente socioeducativo Alexandre Miyagawa. Em sua manifestação, ele afirma que se trata de um crime contra a vida e, por isso, cabe ao Poder Judiciário tomar uma decisão.

Essa foi a linha de argumentação usada

por Nona para pedir à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar o arquivamento do processo de cassação de Paccola.

“Eu aleguei aspectos de legalidade, aspectos no entendimento da defesa que a Câmara, por se tratar de um crime, a competência recai exclusivamente no Tribunal do Júri. Então, não seria a Câmara o órgão competente para julgar o Paccola, uma vez que não se trata de decoro parlamentar, no entender da defesa, mas sim de um crime contra a vida, de competência do Tribunal do Júri”, disse Nona, em entrevista à imprensa na terça-feira, 13 de setembro.

Apresentada a defesa à Comissão de Ética, agora cabe ao relator do processo, vereador Kássio Coelho (Patriota), emitir seu parecer sobre o pedido de cassação do parlamentar.

Paccola se tornou réu por homicídio qualificado pela morte do agente socioeducativo. O fato aconteceu em frente a uma distribuidora na região central da capital, em julho deste ano. O parlamentar alega que atirou contra o servidor em legítima defesa, própria e de terceiro, versão contestada pelo Ministério Público, que o acusa de homicídio qualificado por instrumento que impede a defesa da vítima.

O vereador não apresentou sua defesa dentro do prazo previsto no regimento interno. Por isso, seguindo o rito, o presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, vereador Lilo Pinheiro (PDT), comentou que iria nomear uma procuradora para que fizesse a defesa do parlamentar. Porém, ela alegou impedimento.

Chegou a ser pedido que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) indicasse um advogado



Defesa de Geller sustenta que manifestação do Ministério Público aconteceu fora do prazo para impugnação

para atuar como defensor dativo, mas a entidade publicou uma nota

negando ter recebido qualquer solicitação e informando que, caso

tivesse recebido, não poderia atender ao pedido.

REESTRUTURAÇÃO

Márcia: "Cuiabá banca toda a saúde do estado"

Da redação

A candidata ao governo Márcia Pinheiro (PV) criticou o modelo de gestão adotado pelo Estado na área da Saúde. Em entrevista realizada na segunda-feira, 12 de setembro, a postulante afirmou que os hospitais no interior não funcionam e, por isso, sobrecarregam o sistema da capital.

Para solucionar o problema, Márcia defendeu a reestruturação da rede de saúde, de forma a diminuir a fila de pacientes que aguardam por atendimento. A candidata reforçou que 60% dos pacientes atendidos pelo Hospital Municipal de Cuiabá (HMC) são do interior.

“A Saúde do Município, por exemplo, banca a Saúde do Estado. As altas complexidades, que são parcerias, que teriam que ter com o governo, porque o

governo praticamente não repassa nada para a Saúde de Cuiabá. Infelizmente, quem paga o pato são essas pessoas. Mas, nós estamos sobrecarregados, porque os hospitais no interior não funcionam, não atendem... Nós temos quatro regionais e eu vi in loco que não atendem”, disse, durante entrevista ao MT1, da TV Centro América.

Márcia comentou que o Estado tem adotado o sistema de “ambulância terapia”, encaminhando os pacientes do interior para Cuiabá, o que causa sobrecarga no sistema de saúde da capital, além de colocar em risco a vida do paciente devido às longas distâncias de transporte. Ela disse que, se eleita, pretende reforçar os hospitais no interior.

CRÍTICA AO MP - A candidata também criticou o pedido feito pelo Ministério Público de

Mato Grosso (MPMT) para intervenção na Saúde de Cuiabá. O pedido foi resultado de uma provocação feita pelo Sindicato dos Médicos (Sindimed-MT), em razão do suposto descumprimento, por parte do município, de uma série de decisões judiciais na área da saúde.

Márcia comentou que as mesmas empresas que prestam serviços em Cuiabá também têm contrato com o governo e questionou o motivo de o órgão também não interferir nas ações do Estado.

“Eu gostaria que esse mesmo Ministério Público, que entrou contra Cuiabá, entrasse junto ao Estado. Porque as mesmas empresas que prestam serviços para o Município prestam para o Estado. Região Leste, as pessoas andam 1.800 quilômetros para fazer, por semana, hemodiálise e em nenhum mo-

mento o Ministério Público entrevistou nisso. O Ministério Público precisa intervir”, destacou.

“Os hospitais estão sucateados, falta estruturação total. As pessoas

não têm como se tratar! O maior serviço da Saúde de Mato Grosso é a ambulância-terapia. Você sabe para onde? No HMC, que o Emanuel [Pinheiro, prefei-

to] fez em dois anos, e que a população de Mato Grosso tem que agradecer porque é ali que está salvando as pessoas. Eles não têm onde recorrer”, declarou.

Gilberto Leite



Márcia propôs a descentralização do sistema de saúde estadual, levando atendimento médico ao interior

"PROPOSTA ABSURDA"

Wilson Santos repudia veto a transporte de pescado

Gilberto Leite



Deputado estadual Wilson Santos (PSD)

O Conselho Estadual da Pesca (Cepesca) sugeriu ao Governo do Estado a redação de um projeto de lei para proibir por cinco anos o transporte de pescado por pescadores amadores em Mato Grosso. A informação é do deputado estadual Wilson Santos (PSD) que repudiou a medida.

“Não vamos aceitar essa decisão, vamos reagir em relação a isso. A pesca em Mato Grosso é garantida por lei, desde que respeitados os limites de quantidade e tamanho do peixe. Essa decisão vem de encontro a lei. Vamos trabalhar para impedir que esta proposta indecorosa prossiga”, disse.

A deliberação foi tomada em reunião de conselheiros no último dia 11 de agosto. Caso o Governo acate a sugestão, o transporte de cinco quilos de pescado ou de um exemplar, garantidos por lei, será ilegal.

“O Cepesca não tem poder deliberativo, mas pode fazer sugestões do Governo, mas que sejam medidas legais. Esta proposta absurda é uma agressão à pesca, aos pescadores e, sobretudo, um afronte à lei. Não podemos permitir que avance. Vamos buscar todos os meios políticos e legais, se for preciso, para derrubar esta decisão”, afirmou Wilson Santos.

“É preciso atacar os verdadeiros responsáveis pela redução do estoque pesqueiro: o excesso de hidrelétricas, o desmatamento das matas ciliares, o assoreamento, o agrotóxico e o esgoto in natura despejados nos rios. Isso, o Cepesca não vê!”, completou.

CRÍTICAS A MAURO

Ritela se diz o único candidato de direita em Mato Grosso

Da redação

O candidato ao governo Pastor Marcos Ritela (PTB) defendeu a participação de evangelistas na política. Ele afirma que a presença do pastor no cenário político é rejeitada por uma parcela da população, mas destaca que as atividades pastorais abrangem todas as áreas da sociedade e, por isso, eles devem ser inseridos no campo político para debater políticas públicas.

“Se um advogado pode ser político, se um empresário pode ser político, se um agricultor pode ser político, se um abortista pode ser político, até um ex-presidiário pode ser político, por que não um pastor?”, questionou Ritela.

“O pastor tem uma função múltipla. Ele vem preparado, porque ele atende todas as áreas da sociedade. É aquele que vai visitar o empresário que está falido porque o Estado não deu condição para aquele empresário se manter. É o pastor que vai visitar aquela mãe aflita porque o Estado não deu condição de dar um emprego, o filho dela, por um motivo ou outro se afundou nas drogas, que vai restaurar uma família”, acrescentou.

Durante a entrevista, Ritela ainda destacou que é o único candidato ao governo de Mato Grosso que representa a direita no estado e que apoia o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

O pastor ainda aproveitou para criticar seu

adversário na eleição, Mauro Mendes (União). Para ele, o atual governador nunca apoiou o presidente e, por isso, Mauro não tem o apoio dele.

“Eu sou candidato a direita, único candidato que apoia o presidente Jair Messias Bolsonaro no Mato Grosso sou eu, não existe outro [...] a política revela quem são as pessoas, revela quem são os candidatos. A política revelou que o atual governo é melancia, nunca apoiou o presidente. Como você vai me apoiar se eu sempre estou batendo em você? É cartinha contra o presidente, questão de ICMS, piso salarial da saúde, batendo contra, que o governo federal não tem capacidade, a BR-163”, destacou.

CASSADO PELO TSE

Procurador eleitoral afirma que dois juizes do TRE sequer apresentaram fundamentação para permitir a candidatura do progressista

MPE recorre para derrubar Neri

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá**Da redação**

O Ministério Público Eleitoral (MPE) apresentou um recurso para que seja revertida a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) que liberou o registro de candidatura de Neri Geller (PP) ao Senado Federal nas eleições deste ano.

No último dia 12, o Pleno do TRE, por quatro votos a três, julgou improcedente a notícia de inelegibilidade que pedia o indeferimento do registro de candidatura de Geller, após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter cassado o mandato do progressista de deputado federal e o declarar inelegível por oito anos,

contados a partir das eleições de 2018.

Os votos contra o pedido da Procuradoria Regional Eleitoral destacaram que o prazo limite para apresentação de inelegibilidade se encerrou em 15 de agosto, ou seja, antes da decisão do TSE. Além disso, foi citada a decisão do ministro Raul Araújo, que acusou o TRE de usurpar suas funções ao proibir Geller de usar recursos públicos em sua campanha.

O procurador regional eleitoral Erich Raphael Masson destaca no recurso que os dois últimos votos "sequer têm fundamentação", pois, segundo ele, se baseiam numa suposta espera por uma decisão definitiva do Tribunal Superior sobre o caso.

"Com efeito, se o parquet não recorresse da decisão, o acórdão transitaria em julgado com o registro de candidatura deferido pelo Tribunal. Pergunta-se: sob qual fundamento? Am-

bos os vogais deixaram claro não se filiar nem à relatoria original, nem à divergência, porém, não expuseram fundamentação para DEFERIR o registro, situação, nem de longe, transitória, como deram a entender em seus votos. Saliente-se que nesta seara não existe reexame necessário da decisão", diz trecho do documento.

O procurador ainda destaca que a PRE chegou a pedir questão de ordem durante a sessão para esclarecer que a decisão do TSE não tratou de usurpação de competência para indeferimento do registro de candidatura, mas somente sobre o uso do fundo especial de campanha.

Em relação ao prazo para indeferimento do registro, o procurador cita que a legislação mencionada na decisão "deixa claro que a limitação temporal trazida pelo §2º não se aplica às inelegibilidades argui-



Candidatura de Geller foi deferida pelo TRE por 4 votos a 3, após o TSE ter declarado o deputado inelegível por 8 anos

das no processo de registro, mas somente ao recurso contra a expedição de diploma".

"[...] temos uma pessoa que foi condenada pelo TSE, teve o man-

dato cassado, declarado inelegível e nada disso fora considerado pelo TRE/MT, que deferiu seu registro de candidatura. Imagine o ideário de justiça da população,

destinatária das regras eleitorais para garantia da democracia, ver esse quadro e assistir ao Poder Judiciário deferindo uma candidatura destas!", destacou.

SUCCESSÃO DE NERI**Marrafon vai ao STF para assumir vaga no Congresso**

Divulgação



Marrafon alega que a Mesa Diretora está "deliberadamente" atrasando sua posse no cargo

Da redação

O ex-secretário estadual de Educação Marco Marrafon (Cidadania) ingressou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), declare a imediata perda de mandato do deputado federal Neri Geller (PP) e, consequentemente, sua posse no cargo.

No pedido ao STF, Marrafon destaca que a Mesa Diretora e o presidente da Câmara dos Deputados vêm, "deliberadamente", se omitindo de declarar a perda de mandato de Neri

e, consequentemente, realizar sua posse como deputado federal.

"Por sua vez, o periculum in mora é evidente, tendo em vista que, por se tratar de mandato eletivo com prazo certo, previsto no § 1º do art. 46 da Constituição Federal, cada dia de omissão dos responsáveis pelo cumprimento da r. determinação unânime do C. TSE implica, ao fim e ao cabo, na perda de dias de exercício do mandato ao qual o Impetrante foi eleito, ao mesmo tempo em que concede, indevidamente, o exercício do cargo de Deputado Federal a cidadão que não apenas teve seu cargo cassado,

mas também teve seus direitos políticos suspensos pelo período de oito anos", diz trecho do documento.

O mandado de segurança foi distribuído para relatoria do ministro Nunes Marques.

CASSAÇÃO E SUCESSÃO - Neri teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que também declarou a inelegibilidade dele por oito anos, a partir da eleição de 2018. Ele foi condenado por abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral que o elegeu para deputado federal.

Na ocasião, o TSE determinou o cumprimen-

to imediato do acórdão, o que fez o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) realizar o reprocessamento do resultado das eleições de 2018. O resultado já foi comunicado à Câmara dos Deputados, para que o representante de Mato Grosso seja substituído.

Quem ficou com a cadeira que era de Neri foi o prefeito de Tangará da Serra, Vander Masson (PSDB). No entanto, ele teria que abdicar de seu mandato como prefeito para assumir a vaga. Masson decidiu renunciar e deixar que Marrafon, que pertencia à mesma coligação, assumiria a cadeira.

MODAL DE TRANSPORTE**Obras do BRT começarão por VG: "não podemos esperar"****Da redação**

O secretário de Infraestrutura, Marcelo de Oliveira, disse que o governo aguarda a conclusão dos projetos executivos para começar as obras para implantação do BRT (Ônibus de Transporte Rápido) na região metropolitana de Cuiabá. Marcelo destacou que, diante do impasse com o prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro (MDB), a obra terá início pela cidade de Várzea Grande.

A situação da Avenida da FEB, que segue como um canteiro de obras a céu, isolado apenas por blocos de concreto, é uma das principais preocupações da Sinfra. Isso porque o local tem sido palco de graves acidentes, que são potencializados pela barreira colocada no canteiro central. "Já estamos delimitando canteiro, já esta-

mos fazendo os ensaios necessários, fazendo as conclusões que a gente precisa fazer no projeto, que eles [consórcio] têm que fazer, o projeto executivo, têm que nos entregar e nós vamos começar essa obra o mais rápido possível, porque a cidade de Várzea Grande, os moradores de Várzea Grande, não merecem ficar mais algum tempo com aquela ferida aberta, matando gente, danificando imóveis, danificando carro, levando prejuízo à população", disse o secretário.

Marcelo comentou que o Estado não pode ficar de "braços cruzados" enquanto não há um consenso com Emanuel Pinheiro acerca da implantação do modal.

"E nós que passamos por aquela avenida, quase todo santo dia, nós não podemos ficar de braços

cruzados esperando uma definição do prefeito de Cuiabá", ressaltou.

No último mês, o governador Mauro Mendes (União) assinou o contrato para início das obras de implantação do BRT, que interligará Cuiabá e Várzea Grande. A obra é orçada em R\$ 468 milhões e tem previsão de ser concluída em até 30 meses pelo Consórcio Construir BRT Cuiabá, que é liderado pela Nova Engevix.

No entanto, Emanuel Pinheiro, defensor do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), falou que não vai permitir início das obras do BRT em Cuiabá. O emedebista apresentou denúncia sobre irregularidades na licitação do BRT, sendo a principal delas uma suposta ligação entre as empresas que compõem os dois consórcios que disputaram o certame.

FICOU NA BRONCA**Lúdio Cabral vê esquerda 'tímida' para apoiar Lula****Da redação**

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) disse que os candidatos da federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB) e de partidos aliados ao grupo majoritário devem abraçar mais a campanha de Lula (PT) em Mato Grosso. Em sua avaliação, os postulantes estão muito "tímidos".

Em conversa com jornalistas, Lúdio cobrou que os candidatos se envolvam mais com o projeto petista à presidência da República, principalmente no cenário atual de extrema polarização e por Mato Grosso ser conhecido como reduto bolsonarista.

"Na minha opinião, as campanhas majoritárias da federação, da coligação Lula, elas estão muito tímidas. Tímidas no sentido de abraçar a candidatura do Lula. A

candidatura do Lula precisa ser abraçada pelas candidaturas majoritárias, tanto pelo governo, quanto pelo Senado", afirmou.

Lúdio afirmou ainda que os candidatos das eleições proporcionais já estão fazendo seu papel, espalhando a campanha de Lula por todo o estado, e enfatizou que é necessário haver o mesmo compromisso por parte dos candidatos majoritários, que gozam de mais tempo de TV e Rádio, além de ter mais recursos para publicidade.

"Nós, que somos candidatos a proporcionais, estamos dando o sangue para isso acontecer [crescimento de Lula no estado]. Ao contrário, nós vamos cumprir o nosso dever de pedir voto para todos os candidatos [a majoritária] da nossa coligação. Agora, são as majoritá-

rias que impulsionam a campanha nacional, que fazem link, porque têm tempo de TV, têm inserção, têm debates, têm entrevistas... precisamos ver essa sintonia refletida na campanha", destacou.

Os partidos da coligação de esquerda "Brasil da Esperança" têm como candidata ao governo Márcia Pinheiro (PV), e ao Senado Federal Neri Geller (PP).

Desde o começo das articulações, Lúdio tem criticado a postura do partido frente ao pleito. Para ele, o PT tinha que ser protagonista da campanha para garantir um palanque seguro para Lula em Mato Grosso. No entanto, a sigla não encabeçou nenhum projeto majoritário, ficando apenas com a segunda suplência da chapa de Neri, com Nilton da Fetagri.

REDEÇÃO ECONÔMICA

Maior empresa de tratamento de resíduos da América Latina instala sua nova filial na cidade, como investimento milionário para gerar empregos

O melhor presente para Jangada

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A Central de Tratamento de Resíduos Sólidos e Industriais e Comerciais Chapecó Ltda (Cetric) estava buscando um município em Mato Grosso para instalar sua nova "filial", sendo disputada por dezenas de municípios mato-grossenses, mas após cinco meses de muitos diálogos e negociações, ficou definido que Jangada seria o destino.

A CETRIC é a maior empresa da América Latina em seu ramo, onde recebe, trata e dispõe os resíduos industriais nas melhores condições de controle ambiental. Começando pelo recebimento, passando pela disposição final nas cé-

lulas de depósito, até o tratamento dos efluentes provenientes da percolação (chorume) dos resíduos depositados nessas células. Estabelecendo um meio de controle e de proteção ambiental rigoroso e eficaz em todas as áreas da Central.

Serão investidos R\$ 30 milhões na construção da empresa nos próximos anos e a instalação será imediata, onde a prefeitura vai "emprestar" o barracão da feira municipal para iniciar os trabalhos, sendo aprovado o comodato pela Câmara Municipal.

O prefeito Rogério Meira resolveu dois problemas: 1) Atendeu uma antiga solicitação dos feirantes, para trazer a feira para frente do Bradesco, pois o local era de pouco movimento; 2) Será instalada uma empresa no local.

A Prefeitura dará todo o subsídio para os feirantes e a feira funcionará em um local de grande movimento, como antes, gerando mais renda ao pequeno agricultor e comerciante.



Cetric deve investir R\$ 30 milhões em Jangada e gerar cerca de 300 empregos diretos

Serão gerados inúmeros empregos em curto, médio e longo prazo, com média final de 300 empregos e as seguintes obrigações por parte da empresa, conforme Protocolo de Intenções assinados no palco:

- 1) Gerar 300 empregos diretos a médio e longo prazo;
- 2) Investimentos no importe de R\$ 30.000.000,00 (trinta

milhões reais), divididos entre estrutura, maquinários, equipamentos, veículos e outros;

3) Investir em ações sociais;

4) Pagamento de impostos sobre serviços (ISSQN);

5) Pagamentos de taxas e tributos inerentes a atividade empresarial;

6) Adquirir maquinário, veículos e equipamentos para desenvolver o trabalho de

atendimento aos acidentes ambientais em todo o Estado de Mato Grosso;

7) Construir, equipar e manter dentro das normas legais a CTR - Centro de Tratamento de Resíduos;

8) Garantir o menor custo para receber e destinar de forma adequada os resíduos residenciais dos municípios;

9) Desenvolver suas atividades cumprindo as

EDITAL PUBLICADO

Saúde lança concurso com salários de até R\$ 10,5 mil

Da redação

Foi publicado na Gazeta Municipal de quarta-feira, 14 de setembro, o edital para o concurso público da Secretaria Municipal de Saúde. São 2.162 vagas efetivas e formação do cadastro de reservas que contemplam candidatos de ampla concorrência, 10% pessoas com deficiências e 20% negros e índios, para níveis médio e superior. As inscrições começarão no dia 29 deste mês e vão até 7 de novembro e a prova está prevista para ocorrer em janeiro de 2023.

São vagas para os níveis médio e superior, para diversas áreas e especialidades como para médicos, enfermagem, agentes de saúde, farmacêuticos, nu-

tricionistas, terapeutas ocupacionais e desenvolvimento de recursos humanos na saúde. Os salários variam entre R\$ 1.808,18 e R\$ 10.575,89. As inscrições serão realizadas pela Internet, no endereço eletrônico do IBFC - www.ibfc.org.br, de 29 de setembro a 07 de novembro. O valor da taxa de inscrição será de R\$ 47,50 para os cargos de nível médio/ técnico, R\$ 55,80 para os cargos de nível superior e R\$ 75,80 para os cargos de médico.

O candidato aprovado, ao ser empossado, será regido pelo Regime Estatutário, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Cuiabá e as normas internas da Prefeitura do Município

de Cuiabá. Os requisitos, o salário e a jornada de trabalho dos cargos e ocupações são os estabelecidos nas leis de Plano de Carreiras, Cargos e Salários de cada categoria. O concurso será de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação - IBFC, com prazo de validade de dois anos a contar a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

A divulgação do Edital do Concurso Público está disponível por meio dos endereços eletrônicos do IBFC - www.ibfc.org.br, da Prefeitura Municipal de Cuiabá www.cuiaba.mt.gov.br e na Imprensa Municipal de Cuiabá - <http://gazetamunicipal.cuiaba.mt.gov.br>

TRÂNSITO VIOLENTO

Número de acidentes e de infrações disparam em MT

Da redação

O trânsito em Mato Grosso se tornou mais violento nos últimos anos. É o que aponta o Anuário Estatístico de Trânsito de 2022, que destaca um aumento de 47% no número de acidentes entre 2020 e 2021. Vitimando mais pessoas na faixa dos 35 aos 64 anos, o número de acidente vem acompanhado de um crescente número de infrações no trânsito durante o mesmo período, cerca de 14% maior. O excesso de velocidade foi a infração mais cometida entre os motoristas.

Em 2020, Mato Grosso totalizou um número de 6.578 acidentes de trânsito. Desses, 629 foram fatais, enquanto 5.949 não tiveram vítimas fatais. Um ano depois, em 2021, o número de acidentes saltou para 9.689, dos quais 574 tiveram vítimas fatais e 9.115 não fatais. Apesar da queda de 8,7% no número de acidentes fatais, o número de feridos no trânsito disparou mais de 53%.

PERFIL DAS VÍTIMAS - Os homens são maioria entre as vítimas do trânsito. O levantamento aponta que, nos dois últimos anos, a taxa de homens envolvidos em acidentes é de 66%. Dentre eles, 9,6% morreram em algum acidente no trânsito em 2020, e 90,4% ficaram feridos de alguma forma. Em 2021, houve uma redução na taxa de homens mortos, para 8,8%, enquanto o número de feridos subiu para 91,2%.

As mulheres representam, nos dois anos, 33% das vítimas de acidentes. Das mulheres acidentadas, 5,7% morreram em 2020, e esse número aumentou para 6,8% em 2021. Já a taxa de feridas no trânsito foi de 94,3% em 2020, número que caiu para 93,1% em 2021.



Cidade mais populosa de MT, Cuiabá concentra o maior número de acidentes e de mortes no trânsito

A faixa etária que mais registrou acidentes, tanto em 2020 como em 2021, foi a de pessoas com idade entre 35 e 64 anos. Do total de acidentados, essa faixa etária englobou 36,1% em 2020 e 37,7% em 2021.

NÚMEROS NO ESTADO - No quesito ranking de municípios com mais registros de acidentes, Cuiabá está na liderança. Em 2021, o município mais populoso de Mato Grosso registrou 2.182 pessoas feridas no trânsito e 76 mortes. Rondonópolis vem em segundo lugar no ranking. Por lá, o número de feridos em acidentes foi de 1.452, enquanto o número de mortos chegou a 70.

Várzea Grande vem em terceiro, com 811 feridos em acidentes no trânsito e 48 mortes. Em quarto lugar vem Barra do Garças, com 698 feridos e uma morte.

INFRAÇÕES - Excesso de velocidade foi a infração mais cometida pelos mato-grossenses. Em 2020, foram 360.384 infrações de classificação

normas e legislações vigentes.

"Estivemos entre os anos de 2012 até 2014, tentando implantar essa empresa em Jangada, mas não tivemos respaldo da administração na época. Hoje, sentimos segurança e outra realidade por parte do poder Executivo e batemos o martelo que nosso destino é Jangada em MT", disse o diretor da empresa Gilmar Augusto Argenton.

O prefeito Rogério Meira destacou que a cobrança sempre foi grande por emprego.

"Nosso sonho está tornando-se realidade, vamos deixar de ser uma cidade que os seus filhos vão embora por falta de oportunidade de empregos. Esse é o melhor momento da história de Jangada! Máquina pública em recuperação, grandes obras e investimentos ainda este ano e agora a CETRIC em nosso município. Obrigado por esta oportunidade meu Deus! Feliz aniversário Jangada", disse o prefeito Rogério Meira.

ESPELHOS

Espelhos deixam o ambiente mais elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidros.com.br

SEU BOLSO

Número de pessoas com dívidas atrasadas cresce em agosto; especialista em finanças dá dicas para limpar o nome e organizar o orçamento

MT tem 1,1 milhão de inadimplentes

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA****Unimed**
Cuiabá**Da redação**

Mato Grosso possui quase 1,1 milhão de inadimplentes, cerca de 30% da população do estado, estimada em 3,5 milhões de pessoas em 2021. De acordo com levantamento feito pelo Núcleo de Inteligência de Mercado da CDL Cuiabá, houve um aumento de 0,82% entre julho e agosto, alta bem menor que as médias da região Centro-Oeste (6,11%) e do Brasil (10,13%).

A maioria dessas dívidas (42,83%) tinha os bancos como credores, resultado da ampliação da oferta de crédito após o início da pandemia de covid-19. O levantamento ainda aponta que o valor médio das dívidas em agosto foi de mais de R\$ 4 mil, dado que assusta se levar em consideração que a renda média do mato-grossense é de R\$ 2,2 mil, segundo dados do IBGE, de 2021.

Outro dado que chama atenção é o aumento do número de dívidas, que apresentou cresci-

mento de 5,31% em Mato Grosso no comparativo entre agosto de 2021 com o mesmo mês deste ano. Cada cidadão inadimplente tem, em média, mais de 2 contas em atraso. Já no cenário nacional, o número de dívidas aumentou 19,2%.

O contador Leonardo Adam Poth, professor do Centro Universitário de Várzea Grande (Univag), destaca que isso é resultado da falta de uma cultura de planejar o orçamento, fazendo com que as pessoas tomem decisões equivocadas.

Leonardo lembra que não é aconselhável comprometer mais de 35% da renda, mas algumas pessoas comprometem até 100%. Daí, surge a necessidade de 'sair do fundo do poço de dívidas' que entrou.

FAÇA UM PLANEJAMENTO - Para mudar essa realidade, Leonardo afirma que o primeiro passo deve ser a elaboração de um orçamento para saber quanto de dinheiro vai entrar e esboçar quais as despesas fixas. Após isso, faz-se necessário priorizar as dívidas e quitar aquelas com taxas de juros mais altas, como os cartões de crédito e o cheque especial.

"Vamos parcelar essas dívidas, cancelando de preferência, os cartões ou diminuindo seus limites. Se eu tenho dois cartões, parcelo um,

deixo de utilizar, coloco as parcelas dentro do orçamento fixo e passo a utilizar só um. Quando estiver quitado, posso rever meu uso, mas com uma nova mentalidade, ou seja, para compras parceladas sem juros, se vantajosas", diz.

REPENSE O CARTÃO - Leonardo Poth afirma também que o brasileiro precisa parar de enxergar o cartão de crédito como uma extensão do orçamento e passar a utilizá-lo somente para compras maiores, parceladas e sem juros, isso quando a opção de pagar à vista não tiver desconto significativo. Além disso, as parcelas precisam estar inclusas na lista de despesas fixas no orçamento.

Caso não consiga quitar todas as dívidas, explica o professor, o ideal é aguardar o momento necessário para se reequilibrar financeiramente e aguardar a empresa entrar em contato. Nessas situações, geralmente, as empresas oferecem descontos, o que pode ser uma boa oportunidade para o cidadão endividado quitar suas dívidas com melhores condições.

MANTENHA-SE NO ORÇAMENTO - O professor também aponta uma mudança no comportamento dos brasileiros nos últimos anos. Com maior oferta de crédito por meio de au-



Calcular quanto dinheiro vai entrar e quanto será destinado a pagar contas é o primeiro passo para o planejamento orçamentário

xílios governamentais na pandemia, muitas pessoas passaram a se preocupar mais com os meios de pagamento do que com o orçamento em si. Isso implica em uma dependência cada vez maior, além de aumentar a inadimplência.

"O uso do cartão de crédito passou a ser uma válvula de escape sem nenhum planejamento. E, com a concorrência dos bancos, passou a ser muito grande a liberação de crédito", diz. "As pessoas acabam se esquecendo do orçamento e passam a se preocupar com novos meios de pagamento. O desafio não é o meio de pagamento,

mas sim o orçamento", conclui.

OLHE PARA O FUTURO -Leonardo ainda ressalta que o brasileiro não pode ficar focado somente em quitar suas dívidas para obter mais crédito. O ideal é uma mudança de comportamento para se criar o hábito de investir parte dos proventos, além de criar um fundo de emergência correspondente a pelo menos 6 meses do custo de vida da família.

Para isso, se torna ainda mais necessária a elaboração detalhada de um orçamento. O ideal é destinar, inicialmente, pelo menos 10% das receitas para o fundo

de emergência, além de também destinar uma parte para investimentos, antes mesmo de pagar as contas fixas. Isso vai fazer com que a pessoa adequar suas despesas ao 'novo orçamento'.

"Uma dica importante é que a pessoa invista quando ela recebe os seus proventos, seja ele empresário ou assalariado, pois você vai trabalhar o teu orçamento com base naquilo que sobra pós-investimento. 'Ah, parece difícil'. Não é difícil, pelo contrário. É muito mais fácil se organizar tendo o senso de que já está reservado para aquela reserva de emergência", afirma.

CULPA DA BATATA**Cesta básica volta a subir e ficar próximo dos 700 reais****Da redação**

O mês de setembro registrou o segundo aumento semanal no preço da cesta básica cobrado em Cuiabá, fazendo com que o produto voltasse a ficar próximo dos 700 reais. Segundo levantamento do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio (IPF-MT), a alta de 0,63% sobre a primeira semana de setembro fez com que a cesta custasse nos mercados da capital R\$ 698,33, ou seja, R\$ 4,35 a mais no comparativo com a semana anterior.

Ainda segundo o Boletim Semanal, divulgado semanalmente pelo IPF-MT, o aumento no preço da cesta básica foi influenciado, principalmente, pela batata, sendo este um dos nove itens que demonstraram crescimento de preço, do total de 13. Este item, após sofrer três quedas consecutivas no seu valor, apresentou um aumento de 16,79% na semana atual.

O diretor de Pesquisas do IPF-MT, Igor Cunha, que também responde pela superintendência da entidade, explica que o aumento no preço do item pode estar associado à redução da oferta do produto no atacado, o que aumenta seu valor nos mercados. "A batata foi uma das maiores impulsionadoras da alta no valor da cesta básica nesta semana. O vegetal sofre grande influência climática em sua cadeia, assim como a tomate, o que pode resultar nas oscilações e a redução da oferta para o consumidor".

Outro item em alta é o tomate, com um aumento de 4,21% no comparativo semanal, registrando a terceira semana de alta consecutiva em seu valor, acumulando 13,36% no período. O motivo, ainda segundo o Instituto, pode estar ligado à desaceleração das colheitas de inverno, reduzindo, assim, a oferta do produto no varejo.

Mesmo com o aumento auferido, o valor da cesta básica continua abaixo dos R\$ 700,00, uma vez que a estabilidade no valor da cesta básica é importante para a manutenção do consumo da população cuiabana.

"Apesar de o aumento, de cerca de 0,60%, a estabilidade abaixo dos 700 reais gera bom cenário para o consumo, já que os alimentos têm grande peso no orçamento das famílias. Levando em consideração a diminuição nos preços dos combustíveis, a cesta básica tende a se manter estável, o que favorece a organização de renda dos consumidores", concluiu Igor Cunha.

Na semana atual, 31% dos alimentos tiveram queda, podendo estar associados, em sua maioria, ao mercado internacional e a disponibilidade do produto no mercado, além do leite, que tem sofrido oscilações devido ao cenário desse segmento produtivo.

AGRONEGÓCIO**A safra mais cara da história**

Lenine Martins/Secom-MT

Da redação

Começou na última semana o plantio da safra de soja mais cara da história, influenciada pelo aumento dos insumos em razão da pandemia de covid e da guerra na Ucrânia, que prejudicou o comércio de combustíveis e fertilizantes em todo o mundo. De acordo com o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), houve aumento de 71% no preço do custeio em relação à safra anterior.

O custeio saiu de R\$ 2.868 por hectare na safra 2021/2022 para R\$ 4.909 na safra 2022/2023. Isso tem levado os produtores a buscar soluções para atenuar a alta dos insumos. O aplicativo AgroApp, desenvolvido por uma startup focada em oferecer informações e soluções a produtores rurais, mostra que houve um aumento de 14% nas buscas sobre sojicultura no último mês.

De acordo com informações do aplicativo, dentre os itens que mais se destacam estão o combate às pragas que afetam a soja, uma alta de 26% no interesse, e os cultivares mais propícios para as plantações, com aumento de 20%. Além disso, houve um aumento de 23% em buscas sobre fertilizantes.

De acordo com a portaria 607, da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Mapa, o vazio sanitário se encerra em Mato Grosso na semana, permitindo o início da semeadura a partir de sexta (16). A estimativa do Imea é que 11 milhões de hecta-



Estimativa do Imea é que 11 milhões de hectares sejam utilizados para produzir mais de 41 milhões de toneladas de soja

res sejam utilizados para produção de mais de 41 milhões de toneladas da oleaginosa.

O engenheiro agrônomo e sócio-diretor do AgroApp, Murilo de Freitas Iossi, explica que é preciso um bom planejamento para lidar com os custos altos e ainda manter as margens de lucro, além de se munir de informações precisas sobre a cultura para serem consultadas pelo produtor rural de forma imediata.

"Na hora da semeadura, a informação precisa estar na palma da mão, de forma concisa e organizada", afirma Murilo.

O engenheiro também destaca que o aplicativo é gratuito e pode ser utilizado de modo off-line, já que em muitas propriedades a conexão com a internet é instável ou nem mesmo existe, principalmente nas lavouras.

"Além dos defensivos, pragas e doenças o apli-

cativo também possui um acervo de máquinas e implementos agrícolas, insumos, plantas daninhas, fertilizantes, tabelas e conversões, além de uma área de notícias e de cotações, relevantes e sempre atualizadas", acrescenta o engenheiro. O aplicativo já tem mais de 20 mil downloads na loja de aplicativos do Google.

COMERCIALIZAÇÃO LENTA - O boletim do Imea mais recente, divulgado na última segunda-feira (12), mostra que a safra 2021/2022 ainda não foi toda comercializada, alcançando apenas 87% da produção. Os analistas do Instituto apontam que isso é resultado da pressão nas cotações na bolsa de Chicago, o que provocou uma redução de 0,84% nos preços em Mato Grosso, no comparativo mensal. Da safra que terá o plantio iniciado a partir de sexta-feira, 26% já foi negociada.

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
• ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR
PUBLICAÇÕES E AGUÍ

PROTECIONISMO?

União Europeia avança para proibir importação de produtos ligados ao desmatamento, o que pode ter forte impacto nas exportações brasileiras

Veto a desmatamento avança na UE

Wenderson Araujo/Trilux

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O Parlamento da União Europeia aprovou uma nova legislação que veta importações de produtos vindos de áreas de desmatamento. A medida foi aprovada no começo da semana e tem potencial para prejudicar o agronegócio brasileiro, embora a legislação não cite especificamente os produtos que têm origem no Brasil.

Thiago Nogueira, professor de Direito Internacional e Empresas, além de coordenador de projetos da Cátedra da OMC no Brasil, afirma que a proposição teve início durante a COP-26, realizada em Glasgow (Reino Unido) em novembro de 2021, onde os países se comprometeram a reduzir e desincentivar o desmatamento de florestas.

Após o encontro entre líderes mundiais, a UE começou a discutir sua política de importação de madeiras e deri-

vados. Inicialmente, os produtos que sofreriam restrições comerciais seriam os que constavam em estudos regulares que a Europa faz sobre quais os itens que mais contribuem para o desmatamento. Esses produtos seriam: madeiras e seus derivados, soja, carne bovina e derivados, óleo de palma, cacau e café.

Esses itens foram os 'reprovados' pelos ministros de Meio Ambiente dos 27 países da UE no Conselho Europeu, em julho deste ano. Portanto, seriam apenas esses que sofreriam restrições comerciais.

Os estudos utilizados como base pelos europeus, segundo o professor, foram relatórios da FAO, órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, que identificou que houve desmatamento de uma área de 420 milhões de hectares nos últimos 30 anos, área equivalente a toda Europa. Essa degradação teria sido causada, principalmente, pelos produtos inicialmente listados.

Porém, ao chegar ao Parlamento Europeu, vários outros produtos e critérios foram incluídos na legislação.

"O Parlamento Europeu estendeu a quantidade de produtos que vão ser cober-

tos por esta medida. Não só todos que eu mencionei, mas também vai entrar a carne suína, carne caprina, ovelha, frango, milho, borracha, carvão, produtos derivados de papel, embalagens podem ser afetadas e o couro", afirma o professor.

Uma instituição, que ainda não foi definida, deverá certificar os produtos para que cumpram todos os requisitos em relação ao desmatamento, além de respeitar os direitos humanos e proteger as comunidades indígenas. A legislação é tão restritiva, explica o professor, que até a ração animal utilizada para produzir a carne a ser exportada precisará ser certificada.

A grande questão levantada por Thiago Nogueira é como que isso tudo será verificado e quem o fará, pois os critérios são muito "subjetivos e nebulosos".

"A medida que foi aprovada tem um monte de considerações que dão esses embasamentos e fazem essas inclusões no texto. É um pouco preocupante, porque a UE acaba atuando de uma forma a dizer que está combatendo o desmatamento, mas a gente não sabe se a natureza da medida tem um viés também protecionista", alerta.



Nova legislação europeia pode afetar exportação de soja e seus derivados, mas ainda tem um longo caminho a percorrer

LONGO CAMINHO - Apesar da polêmica que a proposta traz, ela ainda precisa ser aprovada por todos os membros da União Europeia e outras discussões ainda precisarão ser travadas até que a legislação comece a vigorar. Além disso, após aprovação pelos países-membros, a legislação ainda precisará passar por uma regulamentação, já que há dezenas de critérios e

não se sabe como serão fiscalizados.

Neste período, haverá mudanças de governos, como na Itália, que terá eleições nos próximos dias e um governo mais à direita deve assumir o poder. Portanto, ainda poderá haver mudanças no texto. Sendo assim, a norma não será aprovada tão rapidamente e, mesmo se for aprovada, ainda vai carecer de regulamentação.

"Vai haver um tempo de implementação pela própria Comissão Europeia. Afinal, como é que vai exigir a demonstração dessa não associação com o desmatamento se ela nem diz como que isso deve ser demonstrado ou quem tem autonomia, quem tem autorização para certificar isso. Aí começa um novo processo, quem tem autorização para certificar", acrescenta.

Unimed Cuiabá

Cuida de Você



**DERMACYD
INFANTIL 200ML**

Cód. 7897595901859

POR APENAS
R\$ 21,90



**ÔMEGA 3 1000MG
C/120 CAPS**

Cód. 7896023794018

POR APENAS
R\$ 34,99



**NEBULIZADOR/INALADOR
INCOTERM**

Cód. 7899828201538

POR APENAS
R\$ 143,99

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

ANS - nº 34208-4

Ofertas válidas de 01/09/2022 até 30/09/2022 ou enquanto durar o estoque. Pagamento em até 6 vezes nos cartões de crédito Visa, MasterCard e Elo com parcela mínima de R\$ 10,00. Atendimento exclusivo para clientes Unimed Cuiabá. Confira mais opções de pagamento nas lojas. Fotos meramente ilustrativas.